

A obra "**10 Anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências – Reflexões Sobre a Reestruturação Empresarial no Brasil**", elaborada e coordenada pela Deloitte e publicada pela editora QuartierLatin, traz reflexões acerca dos processos de reestruturação empresarial, nos primeiros dez anos de vigência da Lei nº 11.101/05. Esta legislação trouxe uma série de avanços fundamentais para o ambiente de negócios no Brasil. A obra faz um balanço da primeira década da lei feito por especialistas da área, e cobre todos os temas de maior relevância em sua aplicação.

Esse livro tem como objetivo proporcionar aos leitores reflexões acerca dos processos de reestruturação empresarial, nos primeiros dez anos de vigência da Lei de Recuperação de Empresas e Falências.

A Lei nº 11.101/05, sempre levando em consideração os princípios enunciados em seu artigo 47, trouxe uma série de avanços fundamentais para o ambiente de negócios no Brasil.

A variável tempo, ponto crítico em processos de reestruturação empresarial, é fator fundamental para a sobrevivência e recuperação de tais empresas pois muitas delas entram em processos de reestruturação tardiamente, em situação de crise financeira, sem liquidez e acesso a crédito. Por isso, é muito importante que todos os agentes envolvidos, desde o Judiciário, o MP, o AJ, a recuperanda, os credores e os investidores, tenham em mente a premência da celeridade na cura do paciente enfermo.

Desnecessário afirmar a necessidade de um ambiente ético, de transparência, de alta governança, com simetria de informações para que seja criado um clima de confiança e cooperação nos processos de recuperação judicial. De outra maneira, as decisões e ações urgentes a serem tomadas levam tempo excessivo não disponível, muitas vezes, num momento em que não mais produzirão efeito desejado e, em outros tantos, serão inócuas.

Acredito que há ainda aperfeiçoamentos a serem alcançados, pontos que, eventualmente, poderiam, após profunda reflexão e constatação por meio da análise de exemplos práticos, ser alterados, com o intuito de criar um ambiente ainda mais eficiente para os processos de reestruturação de empresas.

Luis Vasco Elias

Sumário

1. Insolvência e *Fresh Start*

Adriana Maria Cruz Dias de Oliveira

2. Reflexões sobre a Rotineira Prática dos Aditamentos ao Plano de Recuperação Judicial

Ana Beatriz Martucci Nogueira, Ana Cristina Baptista Campi e Daniella Piha

3. Recuperação Judicial e Falência de Grupo Econômico

Antônio Aires, Celso Xavier e Maria Isabel Fontana

4. Reflexões sobre Processos de Insolvência: Divisão Equilibrada de Ônus, Superação do Dualismo Pendular e Gestão Democrática de Processos

Daniel Carnio Costa

5. *Mootness doctrine* e o Direito Brasileiro. Preservação dos Atos Validamente Implementados no Âmbito da Recuperação Judicial

Eduardo Secchi Munhoz

6. A Sociedade de Credores no Processo Falimentar

Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos e Marcelo Barbosa Sacramone

7. Credor Parceiro e o Princípio da *Par Conditio Creditorum*

Felipe Evaristo dos Santos Galea e Igor Silva de Lima

8. Breves Reflexões sobre a Aplicação Subsidiária do CPC 2015 ao Processo de Recuperação Judicial

Flávio Luiz Yarshell

9. Experiência Transnacional de Empresas Brasileiras nos Estados Unidos e os Benefícios da Lei Modelo

Howard Seife e Francisco Vazquez

10. O Necessário Fim dos Credores não Sujeitos à Recuperação Judicial

Ivo Waisberg

11. Litisconsórcio Ativo e Consolidação Substancial na Recuperação Judicial

Joel Luis Thomaz Bastos

12. Análise da Sujeição de “Créditos” Oriundos de Obrigações sob Condição Suspensiva à Recuperação Judicial

Leonardo L. Morato e Roberto Lincoln de S. Gomes Jr.

13. Recuperação Judicial de Empresas e Falência: Alguns Aspectos Tributários

Luiz Augusto Roux Azevedo

14. Dez Anos de Vigência da Lei nº 11.101/2005: É Hora de Mudança?

Luiz Fernando Valente de Paiva

15. Venda de Ativos na Recuperação Judicial: Evolução, Desafios e Oportunidades

Luiz Fernando Valente de Paiva e Giuliano Colombo

16. A Cultura Recuperacional

Luiz Roberto Ayoub

17. “Trava Bancária” e “Trava Fiscal” na Recuperação Judicial – Tendências Jurisprudenciais Atuais

Manoel Justino Bezerra Filho

18. Direito, Economia (e a Liberdade de Expressão)

Marcos de Barros Lisboa

19. O Executivo na Recuperação Judicial

Paulo Narcélio Simões Amaral

20. O Crédito Tributário e a Recuperação Judicial

Paulo Penalva Santos

21. Por que a Lei de Recuperação de Empresas e Falências tem que ser Melhor no Brasil do que no Resto do Mundo?

Rafael Fritsch

22. O Financiamento a Empresas em Recuperação Judicial

Renato Azevedo Dantés dos Reis

23. Recuperação Judicial no Brasil de Empresas Estrangeiras

Ricardo Loretto Henrici e Marcelo Lamego Carpenter

24. O Regime de Insolvência Brasileiro: Algumas Modestas Sugestões

Richard J. Cooper, Francisco L. Cestero, Jesse W. Mosier e Daniel J. Soltman

25. A Tutela dos Direitos de Petição, Participação, Voz e Voto de '*Bondholders*' Internacionais em Processos de Recuperação Judicial no Brasil

Ronaldo Veirano e Eduardo G. Wanderley

26. Breves Apontamentos sobre Conversão de Dívida em Capital na Recuperação Judicial

Thomas Benes Felsberg e Pedro Henrique Torres Bianchi

27. Discricionariedade da Assembleia Geral de Credores e Poderes do Juiz na Avaliação do Plano de Recuperação Judicial

Walfrido Jorge Warde Jr. e Guilherme Setoguti J. Pereira